



A intensificação e precarização do trabalho: um estudo bibliográfico sobre seu sentido na contemporaneidade

The intensification and precarization of work: a bibliographical study on its sense in contemporaneity

Xênia Diógenes Benfatti¹
Luana Maria Rodrigues Dantas²

Resumo

Atualmente, temos vivido as repercussões de uma civilização que passa constantemente por mudanças significativas no âmbito pessoal e profissional. A precarização e intensificação do trabalho se tornaram um fenômeno social total, pois atingem a sociedade como um todo, afetando o sentido do trabalho em várias dimensões. Esta pesquisa bibliográfica apresenta uma discussão acerca da intensificação e precarização na atividade laboral e seus efeitos na população. O objetivo da investigação foi analisar bibliograficamente e entender as características do trabalho na contemporaneidade (precarização e intensificação), como também, as repercussões na vida dos colaboradores. Os dados coletados são de natureza qualitativa seguindo os contornos metodológicos da pesquisa bibliográfica. Os resultados demonstram que é notório como o estresse, a depressão, o esgotamento físico e mental, o assédio moral e até mesmo o suicídio são expressões relacionadas ao trabalho intenso e precário. A intensificação e precarização laboral é traço característico do capitalismo e tem levado ao consumo desmedido das energias físicas e mentais dos colaboradores. Como conclusão pode-se perceber que a insegurança gerada pelo medo do desemprego faz com que as pessoas se submetam a regimes e contratos de trabalho precários, recebendo baixos salários, arriscando sua vida e saúde em ambientes insalubres e de alto risco, ou seja, tornando o trabalho um gerador de estresse e sofrimento.

Palavras-chave: Trabalho. Intensificação. Precarização. Colaboradores. Contemporaneidade.

Abstract

Nowadays, we have experienced the repercussions of a civilization that constantly undergoes significant changes in the personal and professional scope. Precarization and intensification in work has become a total social phenomenon, as it affects society as a whole, affecting the meaning of work in several dimensions. This bibliographic research presents a discussion about the intensification and precarization of the labor activity and its effects on the population. The objective of the research was to analyze bibliographically and understand the characteristics of the work in contemporaneity (precariousness and intensification), as well as the repercussions on employees' lives. The data collected are of a qualitative nature, following the methodological outlines of the bibliographic research. Results show that it is notorious that stress, depression, physical and mental exhaustion, bullying and even suicide are expressions related to intense and precarious work. The intensification and precariousness of labor is a characteristic feature of capitalism and has led to excessive consumption of the physical and mental energies of employees, so it can be seen that the insecurity generated by the fear of unemployment causes people to submit to regimes and contracts of Working low, receiving low wages, risking their life and health in unhealthy and high risk environments, that is, making work a generator of stress and suffering.

Keywords: Job. Intensification. Precarization. Contributors. Contemporaneity.

Introdução

O trabalho na contemporaneidade ou a falta dele é uma realidade presente na vida das pessoas e que ocorre em todas as sociedades. A proposta desta pesquisa foi analisar bibliograficamente e entender as características do trabalho na contemporaneidade (precarização e intensificação), como também, as repercussões na vida dos colaboradores. Esta

¹ Professora Dra. da Universidade de Fortaleza (Unifor)

² Graduanda em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (Unifor)
Contato: xênia@unifor.br; luana.m.r.d@hotmail.com

pesquisa pretende elucidar reflexões sobre a possibilidade de encontrar um equilíbrio entre as questões centrais da vida humana que se referem à vida e às exigências do sistema que nos envolve.

O trabalho foi a principal categoria teórica deste estudo, pois nos propusemos a refletir sobre a saúde e o equilíbrio mental e emocional dos trabalhadores envolvidos diretamente no funcionamento de uma organização. A presença do estresse e do sofrimento pelo trabalho intenso e precário cresce cada vez mais na sociedade atual, já sendo percebida por vários especialistas como um dos maiores prejuízos na atualidade. Tem afetado de forma negativa e relevante a qualidade de vida das pessoas, sendo uma das mais constantes causas de adoecimento físico ou mental ligada ao universo do trabalho.

É visível que o estresse está presente em toda atividade humana, sendo intelectual, física, emocional ou social. Este artigo surgiu em virtude da percepção de como o trabalho se tornou algo tão cobrado, tanto pela sociedade quanto pelo próprio sujeito, tornando-se um gerador de vários impactos. Assim, a questão de pesquisa que norteou este estudo foi: como o trabalho se constituiu em um gerador de estresse e sofrimento na contemporaneidade afetando principalmente a subjetividade dos colaboradores?

De acordo com Pires do Rio (1996, p. 19):

O estresse pode participar de todas as nossas manifestações doentias, desde um simples mal-estar até um câncer. Ele causa sofrimento, deterioração e envelhecimento do nosso organismo. Produz sintomas, precipita doenças que estavam em estado latente ou agrava doenças existentes. [...] no mínimo, ele causa uma experiência existencial desconfortável, sofrida. No máximo, leva à morte. E se constitui num dos principais fatores de envelhecimento do nosso corpo.

Para Pereira (2002), a atitude dos indivíduos perante as situações estressoras é bastante variável, tendo em vista que, diante do mesmo responsável pelo estresse, podem-se ocorrer diversas reações em diferentes pessoas, pois irá depender de variáveis individuais.

O estresse causa respostas diferentes em cada indivíduo. O que para uma pessoa pode ser um acontecimento devastador, como por exemplo, o divórcio, para outra pessoa pode ser uma oportunidade de desenvolvimento. Nossa percepção da realidade é o fator definitivo na determinação do estresse positivo ou negativo; em síntese, a consequência que cada um de nós experimenta devido ao estresse depende da cor das lentes que usamos para filtrar a realidade à nossa volta. Porém, as reações de uma mesma pessoa também podem ser diferentes diante de um mesmo tipo de estressor, dependendo do momento e do contexto em que ela esteja inserida (ROSSI, 1994, p. 27).

Vale ressaltar que, para Rossi (1994), as respostas podem ser positivas e negativas perante algo estressor, sendo as respostas positivas as reações em que o sujeito encara o agente estressor como um desafio a ser superado. Já as respostas negativas são aquelas em que o sujeito percebe o agente estressor somente como uma ameaça. Assim, nota-se que o estresse pode ser um gerador de respostas com sentimentos e atitudes negativas para o sujeito, como fadiga física e mental, sentimento de impotência e inutilidade, acarretando em alterações, problemas e propagações psicofisiológicas.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar as repercussões do trabalho precarizado e intensificado enquanto gerador de estresse e sofrimento que afeta a saúde do colaborador e também os sentidos do trabalho a partir de uma pesquisa bibliográfica. Estruturado e organizado em três seções, este artigo traz, na primeira seção, uma contextualização breve da história do trabalho; na segunda sessão traz uma reflexão a partir de dados coletados em livros e artigos sobre a intensificação e precarização do trabalho na contemporaneidade, e, na terceira, refere-se ao sentido do trabalho.

1 Metodologia

O presente artigo tem como objetivo analisar a produção científica disponibilizada em artigos cujos temas retratem o sofrimento psíquico (estresse, mal-estar, entre outros) no âmbito do trabalho contemporâneo ou na ausência do mesmo. A metodologia desenvolvida neste artigo é de natureza qualitativa, com intuito de obter uma maior visão sobre o assunto a ser estudado, possibilitando assim a obtenção de informações a respeito do referencial teórico utilizado para este artigo.

A investigação qualitativa é uma denominação derivada de um movimento reformista que surgiu no início dos anos 70 na comunidade acadêmica. O movimento abrangeu diversas críticas à pesquisa científica social em campos e disciplinas que favoreciam técnicas de pesquisa experimental, quase-experimental, correlacional e da pesquisa de campo (SCHWANDT, 2006).

Desse modo e, de acordo com Gil (2008), a pesquisa é exploratória, visando identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos eventos, ou seja, é o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão e a causa das coisas.

Quanto ao objeto de estudo da pesquisa, foi constituído a partir de uma revisão bibliográfica de materiais já publicados via internet, reunindo artigos científicos e livros relacionados ao assunto da pesquisa, podendo assim acrescentar vários e valiosos conhecimentos de diversas contribuições científicas disponíveis a respeito do assunto estudado, favorecendo a compreensão do que foi socialmente construído. Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material que já está elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

As categorias teóricas que foram utilizadas para a coleta de dados bibliográficos foram: a história do trabalho, a intensificação e precarização do trabalho, e o sentido do trabalho.

2 Resultados e Discussão

Na história do desenvolvimento do ser humano, o trabalho sempre esteve presente nos mais diversos períodos. Desde a antiguidade, o trabalho se relacionou com o ser humano nas mais diversas condições: enquanto escravo, servo ou artesão.

Para Martins (1999), a escravidão é a primeira forma de trabalho, já que o escravo era considerado apenas uma “coisa”, sendo tratado não como um sujeito de direito, e sim uma propriedade de quem estivesse no comando. Com o passar do tempo, muitos dos escravos se tornaram “livres”, pois seus senhores, ao morrerem, declaravam livres somente seus escravos prediletos, então se percebe que esses escravos não eram libertos por gratidão aos serviços prestados ou como forma de presente em dias festivos. Mesmo ganhando essa forma de liberdade, esses “escravos” só tinham o direito de trabalhar nos seus ofícios habituais ou alugando-se a terceiros, porém teriam a vantagem de receber o salário para si.

Segundo Russomano (2002), o regime de escravidão transformou-se no de servidão, em que o trabalhador passou a ser visto como pessoa, ou seja, o servo não é considerado mais como apenas uma “coisa”, como era no regime da escravatura. Na época do regime de servidão, os senhores feudais ofereciam proteção militar e política aos servos, que não eram livres e deveriam prestar serviços nas propriedades dos senhores feudais, tendo que entregar parte da produção rural como uma forma de pagamento por usar a terra e pela proteção que recebiam.

Segundo Mendes (2011), no século XVI, a partir do declínio da servidão, surge a submissão dos feudos ao governo central a partir do mercantilismo e da perda da importância da terra como fonte geradora de riquezas. Surgem então as primeiras vilas, cidades, e, com elas, as corporações, que eram agrupamentos de artesãos. O trabalho artesanal estava caracterizado por um regime de produção que acontecia em pequenas oficinas, com mão de obra intensiva e não qualificada, que utilizava ferramentas rudimentares, como ocorria no trabalho escravo e na relação feudal (servidão). No entanto, esses artesãos trabalhavam para si mesmos.

Com a expansão do comércio e o desenvolvimento do artesanato, começa a concorrência de mercado, passando a existir as corporações de ofício, que reuniam os membros de uma mesma atividade e tinham como objetivo eliminar a concorrência. Deste modo, essas corporações regulavam o preço, a qualidade e a quantidade dos produtos, como também as relações e os regimes de trabalho, impedindo que entrassem no mercado local produtos de outras regiões.

Desde a Pré-História o homem sempre se viu obrigado a exercer alguma atividade laborativa. Algumas vezes, exercia atividades com o objetivo de mudar o espaço em que vivia, utilizando a força física para chegar aos resultados. Em outros momentos, o homem utilizava a força simplesmente para sobreviver. Desta forma, se considerarmos que lutar pela sobrevivência tem alguma relação com o ato de trabalhar, pode-se facilmente chegar à conclusão de que o trabalho sempre existiu. Claro que o “trabalho” desenvolvido pelo homem na antiguidade não tem muita semelhança com a forma com que o trabalho é desenvolvido atualmente, mas não deixa de ser uma forma de trabalho.

De acordo com Bueno (1988, p. 25), o significado de sofrimento e de punição percorreu a história da civilização, relacionando-se diretamente ao sentido do termo que deu origem à palavra trabalho, que vem do latim “tripalium”, um instrumento feito de três paus aguçados, com ponta de ferro, no qual os antigos agricultores batiam os cereais para processá-los. Associa-se a palavra trabalho ao verbo tripaliare, igualmente do latim vulgar, que significava “torturar sobre o tripalium”, mencionado como uma armação de três troncos, ou seja, suplício que substituiu o da cruz, instrumento de tortura no mundo cristão. Por muito tempo, a palavra trabalho significou experiência dolorosa, padecimento, cativo, castigo. Vale ressaltar também que a própria Bíblia confirma um caráter de castigo e punição ao trabalho e subsistência do homem:

A Adão ele disse: “Porque ouviste a voz da tua mulher e comeste da árvore, de cujo fruto te proibi comer, amaldiçoado será o solo por tua causa. Com sofrimento tirarás dele o alimento todos os dias de tua vida. Ele produzirá para ti espinhos e ervas daninhas e tu comerás das ervas do campo. Comerás o pão com suor do teu rosto, até voltares ao solo, do qual foste tirado. Porque tu és pó e ao pó hás de voltar (Gênesis, 3, 17-19).

Para Jorge Neto e Cavalcante (2005), o trabalho na Antiguidade representava submissão, punição dos trabalhadores eram os vencidos nas batalhas e escravizados. O trabalho não era dignificante para o homem, sendo a escravidão vista como uma realidade justa e necessária, em que, para ser considerada uma pessoa culta, deviam-se ter dois requisitos obrigatórios: ser rico e ocioso. Sem contar que, para os nobres e os intelectuais da época, trabalhar era desonroso, sendo o ofício tão somente destinado às classes mais pobres ou aos escravos.

No final do século XVIII, a partir da Revolução Industrial, deu-se o início da conscientização em relação ao trabalhador pelo Estado, pois, até então, o trabalhador não tinha a possibilidade de se defender perante a grande indústria com seu poder econômico. Iniciava-se a ideia do direito do trabalhador. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, criada em 1948, previu e ainda prevê, pois é vigente, os direitos trabalhistas, tais como: limitação da jornada de trabalho, férias remuneradas, repouso e lazer.

A partir do século XIX, o emprego passou a ser entendido como o trabalho realizado nas fábricas ou nas burocracias das nações em fase de industrialização. Então, pode-se dizer que o emprego é um fenômeno da modernidade. Ressalta que, antes do surgimento da sociedade centrada no mercado, não era “[...] o critério principal para definir a significação social do indivíduo, e nos contextos pré-industriais as pessoas produziam e tinham ocupações sem serem, necessariamente, detentoras de empregos” (RAMOS, 1989, p.101). Portanto, na sociedade centrada no mercado em que estamos atualmente, o emprego passou a ser fundamento que define a significação social dos indivíduos, ou seja, passou a ser parte de sua identidade, e o homem a viver numa base de troca, garantindo, por meio do exercício do emprego, os serviços e bens necessários, pois recebe uma quantia (salário) que lhe permite comprar o que é preciso para sobreviver, ou o que é possível adquirir. No entanto, atualmente, muitos não conseguem viver com os salários que recebem.

Diante disso, os empregos se tornaram tanto importantes quanto comuns, pois passaram a ser o único caminho disponível para o sucesso, para a segurança e para a satisfação das necessidades de sobrevivência. “Agora, porém, estão desaparecendo da paisagem econômica. Igual a muitas espécies pegadas no fluxo e refluxo da evolução, os empregos emergiram sob um conjunto de condições e agora começaram a desvanecer-se sob outro” (BRIDGES, 1995, p.36-37).

Segundo Handy (1995, p. 31), com a chegada do século XXI, as previsões e análises feitas durante a década de 90, de que, no ano de 2001, o avanço tecnológico levaria à substituição dos trabalhadores por máquinas inteligentes nas atividades que exigiam esforços físicos, e de que trabalhariam somente trinta horas semanais, destinando o restante do tempo ao lazer, repercutem como algo duvidoso e até incoerente.

Para Marx (2002), a forma de produzir a vida no sistema capitalista possui o início na incompatibilidade de classe, que se estabelece entre os proprietários e não proprietários dos meios de produção. Assim, essa relação surge na sociedade como uma simples relação mercantil, em que as partes se relacionam através de troca de mercadorias equivalentes.

Para Schaff (1990), “todo o trabalho, na contemporaneidade, é marcado por uma revolução técnico-industrial, onde prevalece a inserção de novas tecnologias exigindo uma maior qualificação por parte do trabalhador na execução de tarefas” (SCHAFF, 1990, p 47).

Segundo Marx (1993),

O trabalho que constrói é aquele em que o homem que produz a mercadoria tem mais valor do que a mercadoria produzida, e não aquele em que, [...] quanto mais o trabalhador produz tanto menos tem para consumir, que quanto mais valores cria tanto mais se torna sem valor e sem dignidade, que tanto melhor formado o seu produto tanto mais deformado o trabalhador [...] (MARX, 1983, p.134).

A concepção do trabalho e o sentido a ele atribuído sofreram várias modificações ao longo da história. O trabalho é uma referência indispensável para os sujeitos, influenciando não somente na construção da identidade, mas também na forma de se inserir no meio social.

Para Sabóia, Coelho e Aquino (2007), com a modernidade, a partir do surgimento do trabalho assalariado, o trabalho passou a assumir um lugar central na vida dos indivíduos, sendo visto como sinônimo de emprego.

Atualmente, o trabalho é claramente visto como uma atividade central na vida dos sujeitos, seja pelo fato de ser um meio de sobrevivência seja pelo tempo dedicado ao trabalho, que muitas vezes são várias horas em vários dias da

semana, haja vista que as pessoas atualmente estão dedicando mais tempo ao trabalho do que à família ou qualquer outra atividade.

O trabalho é percebido atualmente como um dos principais instrumentos com os quais o homem dialoga no meio social e com seu tempo. Pode-se dizer que o trabalho virou algo essencial para a integração do homem na sociedade e para qualquer outra atividade humana. É uma atividade carregada de significados na construção/reconstrução de identidades e na definição/redefinição de normas de vida.

De acordo com Sato e Schimidt (2004), o trabalho é compreendido como uma atividade comum e como uma maneira de relação com coisas e pessoas, formando “identidades e jeitos de ser e existir no mundo compartilhado”. Dessa maneira, a insatisfação no trabalho e o desemprego estão, muitas vezes, originando experiências de solidão, desamparo e desespero.

Assim como a saúde e a doença, o processo de construção da identidade do indivíduo é compreendido, como apontou A. C. Ciampa, como um fenômeno histórico e social onde aquilo que o indivíduo reconhece como sendo ‘ele mesmo’ é colocado pelo contexto material e social onde ele está inserido e por ele internalizado. Essa identidade que adquire aparência de coisa acabada, dada, na verdade, necessita ser repostada (reafirmada) constantemente pelo ambiente social e vai transformando-se num contínuo processo de identificação do indivíduo (CIAMPA, 1992, p.32).

Percebe-se que o sujeito só estará “integrado” na sociedade se ocupar devidamente um cargo em uma organização, o que torna o trabalho, ou o cargo, a identidade de uma pessoa. É importante lembrar que, muitas vezes, as pessoas ocupam um cargo não por identificação, mas por necessidade financeira ou também por lhe ser imposto. Quem não trabalha é visto como alguém que “não tem tanto valor”, sendo que não é necessariamente por não estar ocupando um cargo em uma instituição que uma pessoa é ociosa ou não sabe executar outras atividades.

Para a autora Suzana Albornoz (2008), o trabalho adquiriu vários significados, podendo ser percebido como uma possibilidade de produzir uma atividade que proporcione reconhecimento, em que se tenha um objetivo a ser atingido através de forças humanas, sendo de caráter intelectual ou físico, passando a ser uma ocupação permanente, uma profissão. Vale ressaltar que o trabalho poderá ser entendido como um esforço afirmado e desejado para se conseguir um objetivo somente quando a direção e intenção desse esforço estiverem claras para o sujeito, o que poderá ser entendido também como aflição, cansaço ou sobrecarga.

Kurz (1997, p.3) explica que o trabalho se tornou, na contemporaneidade, uma atividade incessante e compulsiva, em que a servidão tornou-se “liberdade”, tendo em vista que o tempo livre não existe ou é escasso para os indivíduos modernos, os quais acreditam fortemente que “tempo é dinheiro”. Todas as atividades das pessoas tornaram-se oportunidade para ganhar dinheiro e estão voltadas aos negócios. Percebe-se que a lógica do trabalho atravessou a cultura e até mesmo a intimidade, apropriando-se de todos os âmbitos da existência e da vida humana, pois, para grande parte das pessoas, o trabalho se transformou em emprego e ocupação na sociedade moderna.

Para as Ciências Sociais, o principal uso do termo ocupação segue o significado de emprego, profissão ou negócio. “A ocupação de uma pessoa é a espécie de trabalho feito por ela, independente da indústria em que esse trabalho é realizado e do status que o emprego confere ao indivíduo” (SILVA., 1986, p.829).

Segundo Singer (1995), o capitalismo contemporâneo aparece, nas últimas décadas, gerando profundas mudanças no mercado de trabalho. Mudanças que se mostram especialmente nas taxas elevadas de desemprego e na crescente precarização das relações de trabalho. Entende-se por precarização das relações de trabalho a alteração das relações formalizadas de emprego, que, no Brasil, expressam-se na substituição dos registros na carteira de trabalho por relações informais de compra e venda de serviços, podendo ser vistas principalmente nas formas de contratação por tempo limitado, com o assalariamento sem registro, etc.

Deste modo, identifica-se que o trabalho temporário está aumentando sua importância no índice total de crescimento dos empregos, possivelmente pelo fato desse tipo de trabalho abranger menos benefícios, salários mais baixos e menor segurança do que o emprego mais tradicional, levando a uma distinção da forma e da produção de trabalho, em que os trabalhadores de tempo integral produzem mais resultados enquanto trabalhadores com menos segurança, comparativamente, produzem menos.

A partir disso, surgem vários problemas sociais, por exemplo, a seguridade na terceira idade, em que uma parte cada vez maior da população perde o acesso à aposentadoria pelo fato de não ter carteira assinada durante um determinado período. Isso acontece no caso de muitos trabalhos terceirizados. E, mesmo os trabalhadores que têm a carteira assinada durante o período necessário para se aposentar, assim que se aposentam perdem os planos de benefícios que tinham durante o tempo em que estavam trabalhando.

Mattoso (1995, p.116), em sua obra *A desordem do trabalho*, aborda a insegurança do trabalho englobando o emprego, a representação do trabalho, a contratação, a defesa do trabalho, a renda e a organização sindical.

De acordo com os estudos feitos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (2000), o nível de trabalhadores com carteira assinada está diminuindo regularmente. E, ao mesmo tempo, cresce fortemente uma parte de trabalhadores que não têm carteira assinada ou que trabalham por conta própria. Este fato é explicado como sendo consequência da ampliação do contingente de trabalhadores autônomos, decorrente das novas formas de produção (formas de trabalho), das relações de trabalho e do processo de terceirização.

Segundo Pastore (1997), o grau de informalidade tem aumentado no mercado de trabalho brasileiro desde o início dos anos 1990: “[...] mas precisamos considerar que, no setor formal, o trabalhador recebe FGTS, 13º Salário e abono de férias”.

A atual fase de organização da acumulação capitalista representa uma forma sem referência de intensificação da exploração da força de trabalho, que acaba por dominar sua própria lógica capitalista, visto que:

A transformação da humanidade trabalhadora em uma força de trabalho, em fator de produção, como instrumento do capital é incessante e interminável. A condição é repugnante para as vítimas, seja qual for o seu salário, porque viola as condições humanas do trabalho [...] (BRAVERMAN, 1997, p.124).

Na contemporaneidade, é bastante comum acharmos exemplos que confirmam essa constatação de intensificação e precarização do trabalho. Procura-se sempre um trabalhador com habilidades flexíveis, mesmo que não seja o que ele gostaria de fazer. É importante frisar que a flexibilidade, atualmente, abrange uma sequência de determinações de compra da força de trabalho, pois, nesse caráter, percebe-se que surge a flexibilização dos salários, que variam de acordo com a produção, as horas de trabalho, a função que ocupa na empresa, os contratos de trabalho, entre outros fatores. O autor Bernardo (2004) defende que, “[...] a linha de produção flexível tem reduzido períodos ociosos, e tem, portanto, intensificado a exploração” (BERNARDO, 2004, p.86).

De acordo com Antunes (2000), percebe-se na configuração atual do mundo do trabalho, a existência de formas bastante divergentes de trabalho, porém se colocam como úteis à lógica do capital (obter lucro). Observam-se processos onde há a “desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, fragmentação no interior da classe, precarização e terceirização da força humana que trabalha [...]”.

Segundo Pereira (2001):

As condições de mercado caracterizam-se pela instabilidade, diversificação da procura e intensificação da concorrência ligada à abertura dos mercados, exigindo das empresas capacidade de adaptação rápida às mudanças e de resposta às exigências específicas e diferenciadas dos vários segmentos. Em vez da lógica da produção em massa, exige-se a lógica da flexibilidade. (PEREIRA, 2001, p. 45-46).

Para Mészáros (1989) o modelo capitalista de produção não é a favor da durabilidade, portanto deve ocultar as práticas produtivas conduzidas para a durabilidade, inclusive comprometendo propositalmente a qualidade. Vale ressaltar que, nas sociedades contemporâneas, é nítido que o uso perde valor para a troca, de forma que os produtos não são mais feitos com finalidade de serem usados até o seu fim, uma tendência que está bastante evidente nas sociedades capitalistas com o descarte das mercadorias cada vez mais precipitado.

De acordo com tais colocações, entende-se que as condições em que o trabalho é desenvolvido, como também a relação do sujeito com a produção, colaboram para gerar impactos à sua subjetividade, podendo causar variadas consequências ao sujeito. São muitos os estudos acerca das condições de trabalho, incluindo o aparecimento do capitalismo, a intensificação, a precarização e o seu desenvolvimento na contemporaneidade.

É fácil encontrar, nesses estudos, a dor e o sofrimento provenientes do trabalho nesse momento histórico, utilizando-se com frequência o termo “trabalho precário” para caracterizar o esforço do trabalho nos dias de hoje. Ressalto que, para Ferreira (1987), na língua portuguesa, a palavra “precário” é sinônima de difícil, estreito, minguado, escasso, raro, pouco, incerto e insuficiente, entre outras. Vale frisar que o trabalho atualmente está sendo algo bastante cansativo, ocupando a maior parte do tempo, sem deixar espaço para o lazer, levando em consideração que os colaboradores muitas vezes não são remunerados pela quantidade de atividades que exercem.

Segundo Navarro e Padilha (2007), quando falamos sobre a história do desenvolvimento tecnológico, estamos falando também sobre a história da organização do trabalho, que é a favor da acumulação capitalista, sendo, ao mesmo tempo, a história do sofrimento dos trabalhadores, tendo em vista que os avanços científicos e as novas tecnologias que ocorrem em nome do progresso não conseguiram eliminar as formas de exploração psíquica e física dos trabalhadores, dentro ou fora dos locais de trabalho.

Dessa forma, as técnicas de organização do trabalho e da produção, baseadas nos princípios taylorista, toyotista e fordista, podem ser consideradas formas de controle e intensificação do trabalho.

O modelo taylorista foi desenvolvido pelo engenheiro americano Frederick W. Taylor, tendo como ponto de vista a produção e baseado em um método científico do trabalho. Este método foi publicado em 1911 a partir de sua obra *Os princípios da administração*. No taylorismo, o trabalho industrial foi fragmentado e cada trabalhador passou a exercer uma tarefa específica no sistema industrial, ou seja, cada colaborador tinha uma só atividade. Esse método foi utilizado até metade do século XX, porém acredita-se que ainda hoje muitas indústrias utilizam esse método, apesar de ser prejudicial à saúde tanto física quanto mental do colaborador.

Fordismo é o título dado há um modelo de produção automobilística em massa desenvolvido em 1914, por Henry Ford, modo este que revolucionou o mercado industrial e de automóveis da época. Esse método era utilizado para aumentar a produção através do aumento do rendimento e diminuição do preço do produto, resultando no crescimento das vendas pelo fato de manter baixo o preço do produto. Vale ressaltar que esse modelo é utilizado bastante hoje em dia na fabricação de automóveis, pois este é o modelo de produção capaz de atender a demanda exigida pela sociedade atual, que está tornando os produtos cada vez mais descartáveis. É importante lembrar que Ford mantém o princípio do taylorismo, porém ele desenvolve o modelo inserindo a linha de montagem e fazendo surgir um novo modo de conduzir a força de trabalho, dando destaque aos estímulos através de aumentos e benefícios salariais disponibilizados aos colaboradores.

A ideia de Ford de produção em massa e consumo de massa só pôde se realizar a partir do momento em que uma classe operária forte exigiu uma parcela maior da riqueza gerada e a transformou em bens de consumo. As especificidades históricas do pós-guerra, principalmente a “ameaça comunista”, também contribuíram para que a classe que vive do trabalho pudesse extrair maiores conquistas dos representantes do capital e do Estado. (BOTELHO, 2000, P.18)

Borsói (2011), ao traduzir algumas das características do trabalho, salienta que, com o modelo fordista, podemos perceber marcas do trabalho precário em nossa trajetória histórica. Trazendo em sua obra que:

[...] o modelo fordista de organização do trabalho conduz o trabalhador à mortificação tanto física – pela obrigatoriedade de conter movimentos rápidos e precisos – como também, psíquica, pela necessidade de atenção concentrada em uma atividade, muitas vezes, monótona e sem sentido (BORSÓI, 2011, p. 123).

O toyotismo foi desenvolvido em 1970, por Eiji Toyoda, e posteriormente foi revelado na Toyota, uma empresa japonesa de automóveis. É um modelo de produção em que há um acúmulo de mercadorias em uma demanda flexível, ou seja, um estoque mínimo de mercadorias. Ele se opõe ao método fordista, pois é um modelo de produção em que não se tem um acúmulo excessivo em estoque. É importante frisar que este método é o mais utilizado pelas empresas na contemporaneidade.

Esses modelos deram início aos meios de produção ao longo da história do trabalho. No decorrer do tempo, os modelos de produção adequavam-se ao momento histórico e suas respectivas necessidades.

Diante dessas afirmações, percebe-se que, ao longo de todo o desenvolvimento do processo de trabalho, o importante sempre é produzir principalmente para o “bem” e para o lucro das empresas, gerando a perda de controle sobre o próprio sentido de trabalho para os sujeitos, como também sobre si próprio.

Segundo Marx (1968), o trabalho diz respeito a toda ação humana sobre algum objeto ou natureza tendo como objetivo sua transformação de acordo com as necessidades do sujeito.

Navarro e Padilha (2007) resgatam algumas ideias de Karl Marx sobre a nova relação do homem com o seu trabalho. Tais ideias estão ligadas ao trabalho concreto e trabalho abstrato, em que “trabalho concreto” é toda a atividade que gera valor de uso, ou seja, quando o sujeito transforma ou faz algo para suprir sua própria necessidade. Já o “trabalho abstrato” tem valor de troca, ou seja, quando o sujeito faz ou transforma algo em troca de alguma coisa.

Os autores afirmam que o capitalismo gerou a perda da dimensão do trabalho e a ausência de sua primeira função, a qual era produzir coisas úteis às necessidades humanas, e, em seguida, passou a atender prioritariamente as necessidades do capital, produzindo apenas uma peça ou parte do todo, ou seja, ficando o sujeito mais distante do objetivo final de seu trabalho. “O produto do trabalho aparece, no final, como algo alheio ou estranho ao trabalhador, como um objeto que não lhe pertence”. (NAVARRO; PADILHA, 2007, p. 15).

Atualmente, com a implantação de processos de reestruturação produtiva nas organizações e a inclusão de certificações, como a ISO (International Organization for Standardization – Organização Internacional para Padronização) e outros diferenciais do mercado, nota-se que as empresas passaram a pressionar mais os colaboradores,

fazendo com que excedam suas cargas horárias para melhoria da organização, o que pode gerar prejuízos relevantes ao bem-estar e à saúde dos colaboradores.

Fairris (2002) faz uma crítica à reestruturação produtiva implantada pelas mais avançadas organizações pelo fato de ser uma das principais causas diretas que afetam a saúde e a vida dos colaboradores. Ressalta a busca incansável para se aumentar a produtividade, como também a disputa pelo mercado entre a concorrência, que acaba por desencadear a degradação das condições de trabalho. O autor acredita que essas empresas poderiam ter ganhos relevantes se pudessem dar uma maior atenção às condições de trabalho de seus colaboradores, evitando os acidentes e as doenças ocasionadas pelas péssimas condições de trabalho. Vale ressaltar que este autor não rompe com os ideais capitalistas, pois compreende o lucro dos empresários, no entanto o autor não considera que este lucro seja alcançado pelo resultado do sofrimento dos trabalhadores.

Não basta mais “vestir a camisa da empresa”, é preciso “suar pela camisa da empresa”. Essa expressão representa a passagem de um período de exigência à pressão infinita de uma doação completa do trabalhador à empresa, resultando muitas vezes em esgotamento físico e psíquico (LIMA, BARROS, AQUINO, 2012, p.120).

Fairris (2002) procurou observar em suas pesquisas a causa do crescimento da produtividade nas empresas, contrastando indicativos e questionando se o maior lucro das empresas não foi conseguido em troca da saúde física e psíquica dos colaboradores, proporcionando um aumento de acidentes de trabalho e insegurança, principalmente intensificando a atividade laboral.

Antunes (2001) diz que há uma crise estrutural fazendo com que aconteça uma perda do meio social para alguns sujeitos na contemporaneidade, o que proporciona a destruição da força humana que trabalha, o que estimula o individualismo e a competitividade sem referências, que causam também a eliminação dos direitos sociais que foram adquiridos ao longo de várias lutas duradouras e intensas, e, por fim, adoecendo os sujeitos que vivem do trabalho. O autor também discorre que as transformações têm afetado várias dimensões do mundo do trabalho e, principalmente, questiona sobre o papel do homem na manutenção desse sistema, trazendo que é preciso dizer de forma clara esse receituário que se espalha pelo mundo empresarial no que se refere à desregularização, flexibilização e terceirização. Assim sendo, o autor acredita que o ser humano é “destruído” e seu trabalho precarizado em proveito da manutenção do período reprodutivo do capital.

Antunes (2001) também ressalta que, apesar de existir um crescimento dos processos de precarização do trabalho, é inesperada a extinção por completa da força humana no trabalho, pois são os trabalhadores que efetivam a manutenção e reprodução do capital. Deste modo, entende-se que, para proveito da sustentação do lucro gerado pelo sistema capitalista, pode custar a própria saúde dos trabalhadores, de modo que eles adoeçam por causa das manifestações da precarização do trabalho.

Diante de todas essas afirmações, compreende-se que a precarização e intensificação do trabalho são equivalentes ao crescimento da intensidade da atividade laboral em um mesmo período de tempo. Pode-se trazer como exemplo algumas fábricas nas quais os funcionários têm que produzir um determinado número de produtos por dia, e, de acordo com a determinação do gestor de produção, é estabelecida uma meta diária duas vezes maior do que a anterior. Assim, para conseguir dobrar a produtividade na mesma carga horária, é preciso excluir os momentos de descanso dos colaboradores, como também aumentar o ritmo do trabalho.

É um erro grosseiro supor que intensificação ocorre apenas em atividades industriais. Em todas as atividades que concentram grandes volumes de capital e que desenvolvem uma competição sem limites e fronteiras, tais como nas atividades financeiras e bancária, [...] saúde, lazer e em outros serviços imateriais o trabalho é cada vez mais cobrado por resultados e por maior envolvimento do trabalhador. (DAL ROSSO, 2008, p. 31).

Fica claro que a precarização e intensificação se relacionam com o estabelecimento de metas nas organizações, as quais, muitas vezes, são inalcançáveis e bastante prejudiciais e cruéis aos trabalhadores. Em razão disso, em muitos casos, para que se alcance o objetivo proposto, os colaboradores utilizam toda sua capacidade intelectual, física e emocional. Vale ressaltar que essas metas estabelecidas são apresentadas como um desafio a se cumprir e, caso não se consiga, será um fracasso que resultará na culpabilização dos colaboradores, expondo sempre para todos da organização, quer se consiga ou não atingir o que foi proposto.

A precarização e intensificação não está presente somente em atividades que necessitam de capacidade física, pois a partir da revolução tecnológica, diante da era da informação, desencadeou-se um maior processo de intensificação entre os colaboradores.

A contemporaneidade trouxe em seu bojo transformações sociais, econômicas, tecnológicas e geopolíticas em escala mundial, com implicações para os modos de ser dos sujeitos e suas formas de agir na sociedade. Tais transformações, ao produzirem um contexto marcado por características como transitoriedade, efemeridade, descontinuidade e caos, atingem algumas categorias teóricas-chaves na área das ciências humanas e sociais, dentre as quais identidade e trabalho (COUTINHO, 2009)

Segundo os autores Coutinho, Krawulski e Soares (2007), o sentido do trabalho se divide em três dimensões: a dimensão individual, a dimensão organizacional e a dimensão social.

Deste modo, de acordo com o sentido que o trabalho assumiu para a própria pessoa, denomina-se “dimensão individual”, que se refere à satisfação pessoal, à autonomia e sobrevivência; à aprendizagem e crescimento, como também à questão da identidade:

- Satisfação social – está relacionada ao sentido de satisfação social à contribuição pessoal do sujeito para seu próprio trabalho, ou seja, o trabalho faz sentido se quem o executa tem a sensação de superar desafios, como também se percebe sua responsabilidade e contribuição na atividade executada.

- Autonomia e sobrevivência – verifica-se a partir dos estudos de alguns autores que o dinheiro adquirido pelo esforço do trabalho é percebido como autonomia e independência do trabalhador, sendo que esta autonomia pode ser projetada para o futuro ou ser presente a depender se o sujeito percebe-se trabalhando muitas horas nos dias atuais para que assim possa ser promovido futuramente e, assim, passar a receber maiores remunerações, como também conquistar alguns sonhos, por exemplo, ter mais tempo disponível, adquirir moradia, ganhar o suficiente para sustentar filhos e atingir uma melhor qualidade de vida. É importante frisar que a “autonomia financeira” está bastante relacionada com a liberdade de escolhas, para que não se dependa do outro para tomar suas decisões, principalmente sobre finanças.

- Aprendizagem e crescimento – Geralmente alguns sujeitos se demonstram preocupados com uma eventual estagnação de suas carreiras. Tendo sempre a perspectiva de conseguir progredir no que diz respeito às escalas hierárquicas, trazendo assim um grande sentido ao trabalho, pois este é um crescimento muito desejado dentro do mundo organizacional. Portanto, este é sentido de trabalho que proporcionará ao colaborador a aquisição de habilidades e conhecimentos, permitindo que o sujeito aprimore cada vez mais suas competências.

- Identidade – Os autores ressaltam que, apesar das mudanças nas relações de trabalho, ocorridas desde a última década, existem várias pessoas que encontram nas empresas em que trabalham uma fonte de orgulho, uma identificação e até identidade. Vale ressaltar que muitas vezes as pessoas são conhecidas por suas profissões ou organizações em que trabalham.

A segunda dimensão trazida por Coutinho, Krawulski e Soares (2007) é a “dimensão organizacional”. Esse sentido pode ser encontrado na relação do sujeito com a organização. Com base em suas pesquisas, tem características como: utilidade e relacionamentos.

- Utilidade – O trabalho terá sentido se o produto do trabalho desempenhar algum propósito. Os autores defendem que a percepção da utilidade contém vários temas, os quais podem ser desde a produção de medicamentos até o relatório que é feito para ser usado no esclarecimento de dúvidas em uma reunião.

- Relacionamentos – Neste caso, para os autores, o sentido do trabalho é disponibilizado pelo reconhecimento de alguém, trazendo que seu trabalho é útil.

A terceira e última dimensão que Coutinho, Krawulski e Soares (2007) abordam em seu artigo é a “dimensão social”, que se refere ao sentido que pode ser encontrado na relação do sujeito com a sociedade, em que se revelam as características: inserção na sociedade e contribuição para a sociedade.

- Inserção na sociedade – O sentido do trabalho vem como um modo de pertencer ao conjunto social. Tendo em vista que a formação profissional, a empresa onde se trabalha, o trabalho exercido, como também a remuneração, são papéis que proporcionam ao sujeito interagir com diferentes grupos na sociedade.

- Contribuição para a sociedade – Neste caso, o trabalho tem sentido quando contribui de alguma maneira para a sociedade.

Coutinho, Krawulski e Soares (2007) ressaltam que:

Na contemporaneidade, portanto, estão presentes as dimensões da mudança e da continuidade, requerendo dos sujeitos que se identifiquem, a cada momento, com algo novo, e reconheçam em suas trajetórias uma dimensão temporal, integrando passado, presente e futuro, no mundo laboral. De um lado, os trabalhadores ainda precisam vender sua força de trabalho sob condições que lhes são determinadas pelo capital. De outro, as mudanças nas formas de emprego e o desemprego estrutural, entre outros, trazem exigências de novas competências, habilidades e talentos para se manter empregado. Todas estas situações levam o sujeito a ter que enfrentar cotidianamente o novo e reescrever sua trajetória de vida e sua identidade (COUTINHO, KRAWULSKI E SOARES, 2007, p. 35).

Antunes (2001) indica uma crise estrutural que impacta na “dessocialização contemporânea”, vista como a destruição da força humana que trabalha, o que faz com que cresça cada vez mais o individualismo e a competitividade, e também adoeece os sujeitos que vivem do trabalho. Deste modo, pode-se perceber que, aos poucos, os seres humanos estão sendo “destruídos” e seu trabalho precarizado com a finalidade de manter sempre a fase reprodutiva do capital. Esse autor também apresenta o destino que as transformações vêm causando no mundo do trabalho e em suas diversas dimensões, refletindo também sobre o papel do homem na sustentação desse sistema capitalista.

De acordo com Sergio Cortella (2014), toda e qualquer atividade requer esforço, seja qual for o trabalho, apaixonante ou não. Desta forma, o autor levanta a questão se esse esforço está produzindo significado ou se apenas resulta em realizações vazias, sendo essa a diferença entre cansaço e estresse. O cansaço é o resultado de um esforço intenso, já o estresse é o que conhecemos após esforços sucessivos sem sentido. O autor também defende que “o emprego é uma fonte de renda, ao passo que trabalho é fonte de vida, e que ótimo quando coincidem”.

Nesse sentido, podemos perceber que a doença surgirá quando o sujeito não conseguir enfrentar as dificuldades que se apresentarem com origem psíquica ou orgânica. Porém, o espaço ambiente tem bastante importância, pois, se o sujeito tiver em um ambiente favorável, tiver uma boa alimentação, realizar atividade física e tiver tempo para fazer o que gosta, poderá evitar determinadas doenças tanto de origem orgânica quanto psíquicas.

Para Morin, Estelle e Tonelli (2007) a saúde envolve satisfação e, principalmente no trabalho, será melhor proporcionada quando o sujeito conseguir realizar suas capacidades e incentivar suas necessidades de crescimento pessoal, levando em conta os valores éticos, morais e espirituais do colaborador, assim garantindo melhores condições de trabalho, carga compatível, salário regularmente bom e sentimento de segurança.

Portanto, de acordo com todas as afirmações de vários autores que foram expostas neste artigo, desde a história do trabalho, passando pelos modelos de produção e o sentido do trabalho, percebe-se claramente que, apesar de existir um aumento dos processos de precarização, é inesperado que haja a eliminação completa da força humana para o trabalho, tendo em vista que os grandes responsáveis pela reprodução e preservação do capital são os trabalhadores. A partir disso, somos levados à conclusão de que, para se efetivarem esses ganhos para as organizações, o custo aos colaboradores, muitas vezes, refletem em sua própria saúde, tanto física como psíquica, pois o trabalho está totalmente ligado à várias dimensões da vida do sujeito. É importante ressaltar que a falta do mesmo também gera bastante sofrimento e pode afetar tanto a saúde física quanto psíquica.

Considerações finais

A questão da pesquisa que norteou este estudo foi: como o trabalho se constituiu em um gerador de estresse e sofrimento na contemporaneidade, afetando principalmente a subjetividade dos colaboradores?

A partir dos dados coletados, que a situação do trabalho é bastante precária na atualidade, pois as mudanças impostas pelo modo de produção do sistema capitalista contemporâneo desestabilizam constantemente os colaboradores e exigem que eles se adaptem constantemente às novas exigências. Tais condições são caracterizadas pela flexibilização, intensificação, precarização e desregulamentação das condições de trabalho.

Vale ressaltar que essa intensificação laboral, tão presente na contemporaneidade, é vista pelos empresários como uma forma de manutenção do capital para adquirir mais lucro, que aumentam a produtividade ou as metas inatingíveis em suas organizações, fazendo com que cada vez mais seus colaboradores se esforcem além dos seus limites, submetendo-se às precárias condições de trabalho e esquecendo-se do sentido do trabalho para si próprio.

É importante frisar que uma das principais necessidades humanas, que é a autorrealização, acaba por perder seu destaque na vida das pessoas, tendo em vista a necessidade de “segurança financeira” que cresce na contemporaneidade de forma desproporcional diante das outras necessidades humanas.

A intensificação e precarização laboral é um traço característico do capitalismo e tem levado ao consumo desmedido das energias físicas e mentais dos colaboradores. Assim, pode-se perceber que a insegurança gerada pelo medo do desemprego faz com que as pessoas se submetam a regimes e contratos de trabalho precários, recebendo baixos salários e arriscando sua vida e saúde em ambientes insalubres e de alto risco, ou seja, tornando o trabalho um gerador de estresse e sofrimento.

O sofrimento está presente no ambiente do trabalho, mas o trabalho não deve ser entendido como algo responsável pelo sofrer humano, já que se trata de um sistema complexo de interações que envolve questões pessoais, relações interpessoais horizontais e verticais, responsabilidades, tarefas, recompensas e expectativas, a saúde e os sentimentos de cada colaborador em relação a todo o contexto.

Portanto, constata-se que os colaboradores sentem algum tipo de incômodo ou angústia, o que reflete no âmbito familiar, pessoal e profissional da vida do sujeito, pois decorre de uma estrutura que exige e necessita que os colaboradores deem sempre o melhor de si, se não tudo de si, e assim eles fazem.

Então, a partir das hipóteses que foram apresentadas e dos dados coletados, acredita-se que é de grande importância que possam haver futuramente novas investigações, as quais devem ser realizadas explorando profundamente este tema, pois além de ser bastante relevante para nossas vidas, é um tema que a cada dia se torna mais presente em vários campos, como no campo da saúde, da sociologia, da psicologia, da política, da economia, entre outros, trazendo reflexões de diversos pontos de vista.

Referências

- ALBORNOZ, S. *O que é trabalho?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: UNICAMP, 2001.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BERNARDO, J. *Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BORSÓI, I. C. F. *Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado*. *Convergência*, Toluca, v. 18, n. 55, p. 113-133, jan./abr. 2011.
- BOTELHO, Adriano. *Do Fordismo à produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital*. 2000. 155 f. (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Lei 4923, de 23 de dezembro de 1965*. Institui o Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados, Estabelece Medidas Contra o Desemprego e de Assistência aos Desempregados, e dá outras Providências. Brasília, 1965.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1997.
- BRIDGES, William. *Mudanças nas relações de trabalho: como ser bem sucedido em um mundo sem empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- BUENO, Francisco da S. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. São Paulo: Lisa, 1988.
- CORTELLA, M. S. Palestra o sentido do trabalho. *Revista melhor: gestão de pessoas*, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/8K4HJ2>>. Acesso em: 02 nov. 2015.
- COUTINHO, M. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo, v. 12, n.2, dez. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/Y444pN>>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- _____; KRAWULSKI, E.; SOARES, D. *Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis*. Florianópolis: UFSC, 2007.
- DAL ROSSO, S. Mais trabalho! a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FAIRRIS, D. Towards a theory of work intensity. In: COLLOQUE INTENSIFICATION DU TRAVAIL, 1., 2002, Paris. *Annales...* Paris: Le Centre d'études de l'emploi, 2002.
- FERREIRA, A. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HANDY, Charles. *A era do paradoxo: dando um sentido para o futuro*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- KURZ, Robert. A origem destrutiva do capitalismo: modernidade econômica encontra suas origens no armamentismo militar. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 mar.1997. Caderno 5, p.3.
- LIMA, C.; BARROS, E.; AQUINO, C. Flexibilização e Intensificação laboral: manifestações da precarização do trabalho e suas consequências para o trabalhador. *Revista labor*, v.1, n. 7, p. 102-125, 2012.
- MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. *O capital: o processo de produção do capital*. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 1 v.
- MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1995.

- MENDES, Iba. *A evolução histórica do trabalho*. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/DBK8oO>>. Acesso em: 16 abr. 2016.
- MÉSZÁROS, I. *Produção destrutiva e estado capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989. 5 v.
- MORIN, E.; TONELLI, M. J.; PLIOPAS, A. L. V. O trabalho e seus sentidos. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 19, n. spe, 2007. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/5fg735>>. Acesso em: 19 nov. 2015.
- NAVARRO, V.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 19, n. spe, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/OajNj8>>. Acesso em 17 abr. 2016.
- PASTORE, José. *Recursos humanos e relações do trabalho com ênfase no caso dos bancos*. São Paulo: BCB, 1995.
- PEREIRA, Antônio Garcia et al. *Globalizações: novos rumos no mundo do trabalho*. Florianópolis: Editora da UFSC; Lisboa: SOCIUS, 2001.
- PEREIRA, Ana Maria T. Benevides. *Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- PIRES DO RIO, Rodrigo. *O fascínio do stress: vencendo desafios num mundo em transformação*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- ROSSI, Ana Maria. *Autocontrole: nova maneira de controlar o estresse*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
- RUSSOMANO, Mozart Victor. *Curso de Direito do Trabalho*. 8. ed. Curitiba: Juruá, 2002.
- SABOIA, I. B.; COELHO, R.; AQUINO, C. A. B. Narratives et labour: impasses sobre o trabalho como narrativa de si mesmo na contemporaneidade. *Calidoscópico*, São Leopoldo, v. 5, n. 2, p. 84-91, mai./ago. 2007.
- SATO, L.; SCHMIDT, M. L. S. Psicologia do trabalho e psicologia clínica: um ensaio de articulação focalizando o desemprego. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 9, n. 2, p.365-371, 2004.
- SCHAFF, Adam. *A sociedade informática*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- SCHWANDT, Thomas. Três posturas epistemológicas: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna (Org.). *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 193-217.
- SILVA, B. *Dicionário de Ciências Sociais*. São Paulo: FGV, 1986.
- SINGER, Paul. A precarização é causa do desemprego. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 dez. 1995. Caderno 2, p. 2.

Data de submissão: 26/01/2017

Data de aceite: 03/05/2017